

TRABALHOS DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA
Vol. 35 (4)

ACTAS VIII



1º CONGRESSO de ARQUEOLOGIA PENINSULAR

PORTO
SOCIEDADE PORTUGUESA DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA
1995

**1.º CONGRESSO DE
ARQUEOLOGIA PENINSULAR**

(Porto, 12-18 de Outubro de 1993)

A C T A S

(Coordenação de Vítor Oliveira Jorge)

Vol. VIII

Universidades, dos Municípios, e de outras instituições teria a vantagem de abrir caminho à transparência. Tráficos de influência e clientelismo serão incompatíveis com relatórios oficiais que descriminem as verbas concedidas, os protocolos assinados, as licenças de escavação. É óbvio que existem, e sempre hão-de organizar-se “lobbies”, por este, ou aquele, conjunto de afinidades e de relações. Todavia, se as entidades públicas e privadas forem obrigadas a declarar as fontes de financiamento, os quantitativos, as acções realizadas, será possível a cada arqueólogo ajuizar e reclamar, caso entenda que há motivo para tal.

Talvez este quadro seja utópico, mas nem por isso é menos necessário.

Caso persistam os silêncios, as omissões voluntárias, os segredos burocráticos, a esperança é diminuta.

3. EQUIPAS ESPECIALIZADAS E INTERDISCIPLINARIDADE

Outro atavismo é o receio ao especialista, à multidisciplinaridade, ao trabalho em equipa, à permuta de informações e conhecimentos. O trabalho em equipa é sempre difícil, mas nem por isso menos necessário. Nos dias de hoje a Arqueologia atingiu domínios de especialização tão díspares que o tradicional ordenamento por áreas cronológicas está a ser pulverizado, quer no domínio da *praxis* quer na exploração dos dados.

Em nosso entender esta relutância pela interdisciplinaridade teve implicações no desenrolar do processo do Cda. A circunstância de não ter sido seguida a estratégia de criação de equipas nos diversos domínios (Paleolítico, Calcolítico, etc.), teve grande incidência no evoluir do processo.

Só passados quase cinco anos principiou a funcionar uma das equipas especializadas (em paleolítico) que tinham sido preconizadas no relatório redigido em 1989. Este tempo é, por si mesmo, elucidativo.

Braga, Setembro de 1995

ARQUEOLOGIA PORTUGUESA - ALGUNS PRESSUPOSTOS DE UMA NOVA DINÂMICA*

por

Vítor Oliveira Jorge

Tal como acontece com quaisquer outras questões do nosso tempo, que são interdependentes, os problemas da Arqueologia não se podem equacionar nem resolver isoladamente. Integram-se na gestão dos bens culturais, cuja extensão (adentro de um conceito de Cultura como envolvência) se confunde, praticamente, com todo o ambiente, natural e social, em que nos movemos. Ora, gerir significa fazer opções, estabelecer prioridades, articular meios dispersos, numa palavra, uma estratégia pensada, mas pragmática, capaz de atingir o máximo de fins com os meios realisticamente disponíveis. Se por “património arqueológico” podemos entender uma realidade tão ampla quanto possível (movimento expansivo do pensamento, inerente à vontade de “hegemonização” que é tendência de qualquer actividade), a definição daquela estratégia necessita a realização de concessões, o trabalho articulado com outros actores sociais, ou seja, uma contracção do referido movimento. Esta negociação estará sempre sobre a mesa: é um jogo interminável, reflectindo o carácter contraditório de todo o funcionamento social. A Arqueologia só crescerá se se fizer em confrontação permanente (no sentido construtivo, claro) com todas as outras esferas de actividade científica, cultural, e de intervenção no território. Nesse sentido, e transferindo para este contexto uma frase de Abel Salazar, aquele que só souber de Arqueologia nem de Arqueologia sabe. Inoperante ao nível da acção individual, necessariamente amadorística, a Arqueologia não pode ser programada em vaso fechado, mesmo que dotada de enormes equipas e de completos equipamentos.

E, no entanto, à medida que se abre, a Arqueologia tem necessidade de definir o seu estatuto, de se profissionalizar. Numa sociedade de “especialistas”, ela tem de circunscrever as suas capacidades técnicas específicas. Quem é e quem

* Divulgado no jornal *Público*, de 03-09-95.

não é arqueólogo, o que é que a sociedade pode legitimamente esperar deste, que estudos e graus o habilitam a tal. Uma profissão, com vários escalões e níveis de preparação, tem de surgir. Ninguém nos vai outorgar esse estatuto de mão beijada; somos nós, através de uma associação profissional (não confundir com sociedades ou associações científicas) que temos de lutar por ele.

O arqueólogo deverá pois ter, não um perfil, mas uma pluralidade deles. Isto é, adentro desta profissão cabe uma grande diversidade de vocações e de formações. Essa variabilidade adequa-se melhor aos múltiplos âmbitos em que a Arqueologia tem de actuar. E se cada indivíduo terá de se “especializar” particularmente numa dessas facetas, ele não poderá ignorar, pelo menos, a existência das outras, não deverá fechar os canais de comunicação com as restantes. Os melhores serão provavelmente seleccionados pela sua capacidade de articular um “saber fazer” que os torna imprescindíveis, com um “saber comunicar” que lhes permitirá a conjugação com outros colegas, de perfil diverso. Capacidade de focagem e de desfocagem das questões, reequacionamento constante das perspectivas e dos métodos num “tabuleiro de jogo” variável, adaptação ao “seu campo” de terminologias e de estratégias importadas de outros campos, poder de “exportar” para diferentes domínios conceitos e procedimentos inicialmente “seus” — eis algumas das características do “bom” arqueólogo. O seu “lugar”, contraditoriamente, tem de ter um mínimo de estabilidade (fronteiras profissionais) conjugado com um máximo de “dispersabilidade” (diálogo em todos os foros, indispensabilidade reconhecida pela sociedade num cada vez maior número de focos decisores). Não há uma “essência” da Arqueologia, ela é uma peça de um jogo, tão convencional como qualquer outro, e portanto em permanente disputa de um espaço de manobra. No planeamento do território, nos estudos de impacto ambiental e de impacto patrimonial (figura jurídica a criar), nas escolas (a todos os níveis de ensino, desde o inicial), nos museus, exposições e sítios de lazer, nas publicações (desde as brochuras e desdobráveis mais elementares), não há campo algum em que a Arqueologia não tenha um papel a jogar.

Porém, de que vale enunciar tudo isto se o conhecimento, valorização e usufruto do “património arqueológico” não forem sentidos como uma necessidade pelos actores sociais? Se o “desenvolvimento” for reduzido às necessidades básicas de higiene, alimentação, saúde, circulação, se a “cultura” for entendida como entretenimento (de elite ou de massas) e não como uma envolvente, se a “ciência” for instrumentalizada para a produção de tecnologia, a Arqueologia não será precisa para nada. A quem vou “vender” um produto, se este não é entendido como interessante pelo público, que tem de o pagar, ou directamente, ou através dos seus impostos? Toda uma nova noção de cultura terá de ser implementada, para que a Arqueologia possa exercer o seu papel, sair do apertado ghetto em que tem estado. Por que é que um engenheiro, um médico ou um advogado têm um esta-

tuto que o arqueólogo nem vislumbra? Obviamente, porque as pessoas têm de recorrer a eles para resolver problemas fundamentais da vida. Enquanto a cultura for entendida como um ornato, um espectáculo, ou uma mais-valia de prestígio, e não como um “produto de consumo” de primeira necessidade, a Arqueologia terá sempre um papel reduzido. E os discursos sobre a sua importância só serão ouvidos pelos já convencidos, como acontece nas seitas mais ou menos esotéricas — uma actividade e um saber funcionando em vaso fechado, em que o ruído dos aplausos é directamente proporcional ao auto-convencimento dos aderentes, sem transmissão para o exterior. Os apelos à preservação do património ou as lamentações sobre a sua destruição progressiva são lugar-comum do “happy end” de qualquer congresso de Arqueologia, numa impotência confirmada pela sua própria repetição.

Como sair deste círculo vicioso? Não há uma solução única, mas uma pluralidade de urgências, que têm de ser sistematicamente enfrentadas, calibrando o nível de “stress” para uma eficácia máxima.

A Arqueologia não se dirige preferencialmente a objectos, nem a locais privilegiados (repositórios de objectos ou estruturas), ilustrativos de momentos do “passado”. O seu campo de trabalho é toda a realidade actual envolvente, urbana, rural, subaquática. Os arqueólogos têm de lidar com “paisagens arqueológicas”. Essas paisagens não podem ser encaradas como estáticas — em todas as épocas se “agrediu” o meio, se transformou a natureza. O equilíbrio desta sempre foi dinâmico. Se uma “paisagem”, se um espaço qualificado com história, com memória, não for habitado por pessoas actuais, capazes de aí se desenvolverem segundo novos modelos, ela será um fóssil, um zoo humano. As áreas com valores arqueológicos — os quais urge, antes de tudo, inventariar, segundo “malhas” informativas hierarquizadas — têm de ser vivas, úteis, produtivas, voltadas para o futuro. Numa sociedade que mercantilizou tudo, temos de ter a imaginação suficiente para, ouvindo os habitantes de cada região, entrar em diálogo que nos permita equacionar soluções diversificadas e queridas pelas pessoas. A Arqueologia ou é um serviço público, sentido como tal, ou então nunca passará de uma parente pobre das outras ciências humanas. Sem o prestígio da História ou da Sociologia, e muito mais cara do que elas. Sem a espectacularidade de um concerto, sem o imediatismo de outros “produtos turísticos”.

Um Instituto Português de Arqueologia, autónomo e operacional, sem excesso de burocracia, capaz de articular uma actuação regional — descentralizada, envolvendo as autarquias —, com uma série de normas claras e capazes de dar coerência à acção governativa neste domínio, parece ser, como já propus anteriormente, uma solução possível. Uma instituição onde se pratique uma cultura de diálogo com todos os intervenientes no planeamento do território e nas grandes obras públicas. Onde se estabeleçam protocolos com outros organismos, públicos

ou privados. Onde se estimule o aparecimento de empresas de serviços e a acção criadora dos indivíduos, pois que o Estado não pode fazer tudo, sobretudo num domínio que atinge todo o território. Onde se definam prioridades, se apliquem com critério os dinheiros públicos e se veja obra que incentive os jovens a escolherem este ramo de actividade e a procurar nele um futuro. Não podemos perder mais tempo: há que pôr mãos à obra, antecipando e precavendo o aparecimento de casos como os do vale do Côa, uma área preciosa que qualquer país do mundo se orgulharia de ter. Se não, então sim, e para utilizar um dos topónimos daquele rio, o futuro do nosso passado irá desembocar numa verdadeira “Canada do Inferno”.

Porto, Agosto de 1995

SOBRE LOS GRABADOS DE FOZ CÔA Y SU CRONOLOGÍA

por

César González Sainz*

El que suscribe es profesor de las asignaturas «Arte Prehistórico» y «Paleolítico y Epipaleolítico de la Península Ibérica» en la Facultad de Geografía e Historia de la Universidad de Cantabria (Santander, Españā), y lleva mas de 15 años investigando en el campo del arte rupestre y mobiliario paleolítico del norte de España.

En Noviembre de 1994 fue convocado por investigadores de la Universidad de Lisboa a un encuentro de expertos e interesados en arte prehistórico en Vila Nova de Foz Côa. Allí, durante dos días, pudo reconocer y fotografiar un buen número de conjuntos de grabados rupestres sobre las riberas del Côa. Ante el conflicto planteado por la construcción de una presa (que sin duda destruiría rápidamente todo vestigio prehistórico por debajo del nivel del río), y mas recientemente, por la publicación o interpretación de algunos intentos de datación absoluta promovidos por EDP, quería resumir mis impresiones en los siguientes puntos:

1. No tengo ninguna duda de la cronología Paleolítico superior (35.000-11.000 BP) de los conjuntos examinados en Noviembre de 1994, que al menos en dos casos coinciden con los que la EDP ha *intentado* fechar (Ribeira de Priscos y Penascosa). Más en concreto, y también por analogía estilística con el arte mobiliario e rupestre conocido en el S.O. de Europa (y fechado frecuentemente por C14 el primero y por C14-AMS em ambos casos en los últimos años), y a pesar del conocimiento aun muy sumario que tenemos de estos conjuntos del Côa, cabe expresar la alta probabilidad de que, en su mayor parte, correspondan a las fases estilísticas III y IV antiguo de las reconocidas por A. Leroi-Gourhan y normalmente empleadas en Europa occidental; por tanto, a una cronología situable entre 21.000 y 16.000 BP.

* Prof. titular de Prehistoria. Departamento de Ciencias Históricas. Universidad de Cantabria.